

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLI

**Conflitos na era da informação / as
revoltas árabes**

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2020

Conflitos na era da informação / as revoltas árabes

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS†

1. No “Sermão Histórico e Panegírico nos Anos da Rainha D. Maria Francisca de Sabóia”, o padre António Vieira definia a guerra de uma forma que bem ilustra os seus horrores e os seus efeitos: “É a guerra aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre, que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em que não há mal algum que, ou se não padeça, ou se não tema, nem bem que seja próprio e seguro. O pai não tem seguro o filho, o rico não segura a fazenda, o pobre não tem seguro o seu suor, o nobre não tem segura a honra, o eclesiástico não tem segura a imunidade, o religioso não tem segura a sua cela; e até Deus nos templos e nos sacrários não está seguro”.

A guerra de António Vieira é, embora terrível, um fenómeno limitado às únicas entidades soberanas, ou seja, aquelas que detinham autoridade suprema sobre um certo território e população – os Estados. Entidades políticas que surgiriam institucionalizadas dos escombros da Guerra dos Trinta Anos, cuja componente religiosa desempenhou importante papel, tanto nas causas como no devir das diferentes fases das campanhas militares, mas não nas suas consequências, já que a Paz de Westfália deu a essas entidades uma configuração apenas assente na soberania política sobre território e população, independentemente da religião que os seus nacionais professassem. O Estado westfaliano, cuja teoria e razões justificativas (no domínio moral e no campo das realidades concretas) serão apresentadas por Bodin e Hobbes, viria a ser erigido por Hegel em ideia absoluta, preparando-o para constituir o verdadeiro Ser Supremo que os iluministas colocariam no lugar do Deus da religião, depois da Revolução de 1786, em França.

As guerras entre Estados devastaram a Europa e o mundo desde então.

Até à Revolução Francesa, as guerras entre Estados eram conduzidas por soldados profissionais ao serviço dos reis, muitas vezes por intermédio de

empresários de guerra que combatiam pelo saque, como foi Wallenstein, contratado por Fernando II, então Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, para comandante das forças dos Habsburgo contra as forças de Gustavo Adolfo, Rei da Dinamarca, durante a Guerra dos Trinta Anos.

Mas os líderes revolucionários da França, atacados pelos exércitos profissionais das potências monárquicas que cercavam a República por todos os lados, convocaram todos os franceses para a guerra contra os Reis. Assim nasciam a nação em armas e os exércitos com base na conscrição, que se manteriam, no essencial, até aos finais do século xx, altura em que a evolução tecnológica acelerada origina a globalização, durante a qual renascem os exércitos profissionais.

2. Os Estados afirmavam o seu poder e defendiam os respectivos interesses, recorrendo à guerra. As relações conflituais dominadas pelo emprego da diplomacia, que caracterizavam as situações de paz, davam origem a situações de utilização da coacção violenta, transformando os países em campos de batalha devastadores para os soldados que integravam as colunas de combate como para as populações, dizimadas pela fome e fugindo à ameaça de morte.

Verificava-se uma distinção relativamente clara entre as situações de guerra e as situações em que prevalecia a paz. Com o tempo, foram estabelecidos actos simbólicos e de natureza humanitária que, progressivamente, os Estados aceitaram como normativos internacionais, que incluíam declarações solenes de guerra, frequentemente precedidos por ultimatos, a partir das quais eram iniciadas as hostilidades bélicas, e práticas comportamentais e de tratamento de prisioneiros, particularmente no domínio da assistência de saúde. Foi mesmo criado um acervo de regras que os membros da comunidade internacional se comprometeram a respeitar, pelas quais foram definidos os deveres dos contendores no respeitante a procedimentos a ter no decurso das campanhas militares, entre os quais a obrigatoriedade do uso de uniforme para ser reconhecido como combatente a que os normativos se aplicavam, assim como os direitos e obrigações dos prisioneiros de guerra e respectivo estatuto, como o de apoio de saúde, a intervenção da Cruz Vermelha, etc. As Convenções de Genebra constituíram um avanço civilizacional na humanização da guerra.

A paz é, nunca deixou de ser, uma situação de acomodação, muitas vezes de cooperação e até de associação entre Estados, mas outras vezes traduz-se em

períodos de tensão de natureza conflitual cujo esbatimento só poderá ser obtido por negociações diplomáticas.

A guerra, entendida como o recurso à agressão armada para impor os seus termos, foi definida por Clausewitz como a continuação por outros meios das relações políticas (subentenda-se entre Estados). E na sua excelente definição trinitária, a guerra é uma surpreendente trindade: por um lado, o raciocínio puro da liderança política que a decidiu e a continua a dirigir; por outro, a incerteza e acaso do fragor das batalhas e das contingências de cujos contornos causais não nos conseguimos aperceber; e, finalmente, também é paixão e ódio do povo em fúria ou em pânico, sujeito aos acontecimentos que não controla e se transformam no seu armagedão.

Tenha-se da guerra a concepção racional, normalmente ao nível do governo, que a determina e conduz em termos de perdas e ganhos para o Estado, isto é, em interações idênticas às de um jogo; ou seja, vista segundo a concepção cataclísmica, segundo a qual a olhamos como catástrofe que não conseguimos evitar e a cujos efeitos demolidores e trágicos não temos condições para fugir; ou ainda, ainda, se ela for encarada de um ponto de vista conceptual ontológico, para o qual a guerra se impõe como uma missão de natureza transcendente, relacionada com os fins últimos do ser humano e o seu destino para além da morte.

3. Em todas as campanhas militares se observam estas três posturas perante a guerra. Há quem as dirija com frieza, como se conduzisse um jogo de xadrez; e quem as veja como verdadeiros terremotos que a todos engole; também existe quem combata com fervor religioso, disposto a morrer por uma causa superior não palpável nem mensurável.

No século xx, a guerra atingiu um autêntico paroxismo. Duas sangrentas guerras mundiais que provocaram milhões de mortos e deslocados nos campos de batalha europeus, mas com expressão e prolongamentos a nível planetário, a segunda das quais terminou por um sistema organizativo mundial, conagrando todos os Estados – a Organização das Nações Unidas –, que tem funcionado como uma estrutura de legitimação ou condenação das acções militares.

O confronto político militar que sucedeu à Segunda Guerra Mundial, designado por Guerra Fria, veio mostrar que o desenvolvimento tecnológico que produziu as armas nucleares originou uma situação de não guerra (pois as operações militares

não eram desencadeadas), mas também de não paz. Uma situação que se mantinha apenas pelo medo que ambos os blocos em presença (tanto os seus dirigentes como a sua população) tinham de que elas pudessem ocorrer a qualquer instante, o que, por efeito de escalada não controlada, teria a possibilidade de conduzir à destruição mútua das potências que lideravam os dois blocos militares rivais, ou seja, do planeta Terra. Foi aquilo a que se deu o nome de dissuasão pelo terror ou dissuasão por Destruição Mútua Assegurada (MAD na sigla anglo-saxónica).

Os incidentes armados locais ou regionais eram imediatamente objecto de controlo das duas superpotências, com a finalidade de os fazer parar, já que o seu alargamento e expansão eram susceptíveis de a fazer evoluir para uma guerra com a utilização de engenhos atómicos.

Por outro lado, a “declaração de guerra” como acto formal deixou de ser usada, já que a Carta das Nações Unidas tinha ilegalizado a guerra, ao proibir explicitamente a ameaça ou o uso da força nas relações internacionais. Só a ONU poderia autorizar a utilização da força para garantir ou restabelecer a paz e a estabilidade internacionais.

Em termos formais, deixou de haver guerras, uma vez que os Estados estavam proibidos de as fazer e elas só poderiam ser feitas pelos Estados. No entanto e de facto, as guerras, como conflito armado (locais ou regionais), foram frequentes. Em termos globais, a ordem internacional bipolar (o mundo dividido entre dois pólos – EUA e URSS – que mutuamente se digladiavam e ameaçavam) caracterizava uma situação nova de “nem paz nem guerra”. Foi aquilo a que Raymond Aron chamou “Paz impossível – Guerra improvável”.

4. O desenvolvimento tecnológico exponencial que produziu a globalização da comunicação/informação e a globalização cultural veio conferir novas dimensões ao binómio “guerra-paz”. Na Era da Informação em que estamos mergulhados há pouco mais de vinte anos, a relação guerra/paz modificou-se de forma dramática, gerando novos campos de combate, novos actores que se confrontam, novas armas, novas técnicas, tácticas e estratégias.

Além dos actores estatais de base territorial, surgiram outros actores de natureza não territorial, organizados transnacionalmente e conectados por comunicações audiovisuais em tempo real, que definem objectivos políticos e procuram alcançá-los com o uso da violência. Constituem uma espécie de Organizações

Não Governamentais para a Violência (ONGV) que se propõem atingir uma situação que lhes permita exercer o controlo político sobre território. Ou seja, os actores não territoriais visam e têm como referência o território. O mais conhecido e aquele que anunciou e tem conseguido promover mais amplos efeitos estratégicos é a Al Qaeda.

Ao mesmo tempo, o aparecimento de novos espaços onde podem ocorrer operações com o objectivo de obrigar outros a agirem de acordo com o interesse de quem as promove, não só acrescentou novos teatros onde se pode fazer a guerra – espaço exterior, ciberespaço e espaço mediático – aos espaços até então existentes (terrestre, marítimo e aéreo), como, através da presença obsessiva da informação, circulando por essas novas plataformas, fez com que qualquer teatro de operações tradicional possa transbordar os seus limites geográficos (físicos, portanto reais), transformando-se num teatro de natureza global. Ou seja, os espaços reais e concretos podem ser ampliados a todo o planeta pelo uso dos novos espaços, um dos quais virtual e criado pelo ser humano – o ciberespaço. Por outro lado, as acções de guerra, em terra, no mar ou no ar, ficaram fortemente dependentes dos três espaços surgidos com a Era da Informação.

Convém registar que as sociedades modernas se apoiam nas redes que geram o ciberespaço e o espaço mediático, com a consequência de toda a realidade concreta ter passado a ser extremamente frágil e vulnerável a qualquer iniciativa que consiga destruir algumas células dessas redes. A globalização da informação/comunicação, cultural e económica multiplicam a destruição em todas as direcções e a grandes distâncias, exponenciando de tal modo os seus efeitos, que os próprios autores dos actos destruidores iniciais são atingidos e poderão sair extremamente prejudicados. Do que resulta a situação paradoxal dos actores militarmente mais poderosos serem obrigados a condicionar e mesmo a limitar o uso da força que possuem, para evitar “danos colaterais” que tenham resultados contrários aos pretendidos. Pelo contrário, actores individuais com pouco apoio (caso das fugas da Wikileaks, dos conjuntos vastos de pessoas comuns conectadas por telemóvel ou pela *internet* que convocam manifestações por SMS, ou de pequenos grupos que manipulem ingredientes baratos e acessíveis e utilizem artefactos técnicos de baixo preço existentes no mercado para fabricar e activar explosivos), todos estes actores podem colocar em causa as maiores potências mundiais, particularmente se estas potências forem confrontadas por acções

sistemáticas de pequena guerra, por tempo prolongado, desgastando-as material e moralmente e obrigando-as a negociar.

Os conflitos mais comuns entre Estados passam pelo interior de outros Estados, em acções de insurreição e contra-insurreição. As guerras entre as grandes e médias potências, obrigadas a limitar o emprego dos seus poderosos arsenais, privilegiará esta metodologia. Os conflitos intra-estatais constituem: 1) componentes/prolongamentos de conflitos entre Estados; 2) respostas a situações de fragmentação nos Estados desestruturados; 3) situações resultantes das ameaças de actores não estatais que visam controlo político de território; 4) o resultado de confrontos étnicos ou religiosos; 5) o produto de subdesenvolvimento e carência de recursos essenciais; ou 6) a consequência de instabilidade regional.

Do mesmo fenómeno – organização em rede das sociedades e presença global e obsessiva da informação, forjando percepções da realidade, que podem nada ter a ver com a própria realidade – deriva a eficácia do emprego de métodos não violentos para colocar em xeque os regimes que vigoram nos Estados, uma vez que estes têm enormes dificuldades em responder a estes métodos no mesmo patamar da informação e são tentados a recorrer à violência para neutralizarem os seus efeitos. Se a estratégia do actor que pretende a mudança do regime for bem concebida e a sua concretização for bem articulada, haverá fortes probabilidades de o seu objectivo ser alcançado.

São utilizadas tácticas de reivindicação crescente, em escalada, dependendo a reivindicação seguinte da resposta que o regime der à reivindicação anterior, de acordo com o modelo geral seguinte: primeiro, pedem-se reformas no regime; em seguida exige-se a demissão dos responsáveis; finalmente, clama-se pelo seu julgamento e punição. Estas tácticas são combinadas com tácticas de operações de informação com a finalidade de gerir as percepções de molde a serem favoráveis a quem as desencadeia. O aparecimento da violência é explorado até à exaustão em termos informativos, desesperando os responsáveis pela imposição da ordem e paz públicas e os próprios agentes de autoridade, e colocam os dirigentes políticos confrontados com situações a que precisam urgentemente pôr fim. Um qualquer incidente que provoque feridos e/ou mortos constitui um rastilho muitas vezes capaz de fragmentar as estruturas do poder e originar o emprego de armas letais, a declaração do estado de emergência, a entrada das forças militares no terreno dos confrontos, enfim, conduzir à guerra civil.

Acusações às lideranças do regime que se pretende derrubar, com denúncias de corrupção, injustiças, desrespeito dos direitos humanos, prática de torturas e de outros crimes, em ligação com a exploração mediática das vitórias que forem obtidas assim como das movimentações populares e das atitudes condenáveis das autoridades, repetindo-as e ampliando-as, transmitem percepções de força crescente, o que atemoriza os dirigentes que concebem e conduzem as respostas políticas aos opositores e as estratégias de repressão.

Os apoios externos que se manifestarem e concretizarem influenciarão o resultado do conflito interno, uns a favor e outros contra os opositores que pretendem substituir o regime. Por vezes de forma decisiva.

O comportamento dos militares neste tipo de confrontação é crucial. Colocados na posição de ter de escolher entre apoiar o governo, usando as suas armas contra aqueles que se manifestam por métodos pacíficos (o povo que, em tese, é a essência da nação e, como tal, os militares têm o dever primário de defender), ou não hostilizar o povo, o que significa dar força aos manifestantes e pôr em causa o governo.

5. Note-se que as recentes revoltas nos países árabes têm sido promovidas e levadas a cabo com base nas redes sociais (Twitter e Facebook). Mas estas redes servem apenas como estruturas dinamizadoras da disseminação de massas de informação, que sejam suportadas em motivos de insatisfação mais ou menos generalizados, relacionadas com o bem-estar ou o sentimento de injustiça dos cidadãos, particularmente dos jovens. Os jovens são quem mais arrisca, sem medo de enfrentar dificuldades, portanto são os mais disponíveis para enfrentar, generosamente, quaisquer perigos, desde que seja por uma causa que considerem nobre.

Situações de carência de bens essenciais, particularmente dos bens alimentares, dificuldade de conseguir emprego, quase impossibilidade de ter acesso a um rendimento que permita pensar e ver um futuro, consciência da existência de injustiças sociais na distribuição da riqueza, sensação de impotência face ao poder, vivência num contexto em que é difícil o exercício das liberdades e direitos que são visíveis noutras sociedades a que a presença da informação globalizada permite aceder.

Mas os verdadeiros protagonistas dos processos de contestação, aqueles que disparam habilmente os “tiros” de partida, são activistas políticos

experimentados, suficientemente convictos das ideologias que defendem e dispostos a arriscar. Não são precisos muitos, já que os jovens, especialmente os jovens qualificados, cada vez em maior número e sem emprego nem esperança, manipulando com destreza as redes sociais, agem como factores multiplicadores, difundindo em proporção exponencial as mensagens que os activistas colocam na rede, através das redes sociais, dos SMS, etc, que serão convenientemente ampliadas e projectadas pelas televisões ditas independentes ou pelas que têm uma agenda própria próxima da dos activistas.

Estes activistas estudam e trabalham a partir da importante obra de Gene Sharp, um notável académico norte-americano, professor de Harvard e fundador do Instituto Albert Einstein, em Boston, que dirige. Dedicando-se ao estudo do emprego de métodos não violentos nos conflitos para atingir objectivos políticos, estudou em pormenor as estratégias e tácticas utilizadas por Gandhi com a finalidade de obter a independência da Índia, de que resultou a sua obra principal, *The Politics of Nonviolent Action* (1973), logo considerado como um clássico na matéria e o estudo definitivo sobre a “guerra não violenta”. Contém três partes: a primeira com o título *Power and Struggle*, a segunda denominada *The Methods of Nonviolent Action* e a terceira *The Dynamics of Nonviolent Action*. Sharp é doutorado em Filosofia e Teoria Política pela Universidade de Oxford. Foi nomeado para o Prémio Nobel da Paz em 2009. Muitos chamam-lhe o “Maquiavel da não-violência” ou o “Clausewitz da luta não violenta”.

Das suas numerosas obras, convém ainda salientar o livro *From Dictatorship to Democracy*, um verdadeiro manual prático para efectuar acções não violentas com a finalidade de promover a alteração de um regime, trabalho que foi escrito para o Movimento Democrático da Birmânia em 1993, depois de Aung San Suu Kyi ter sido presa pelos ditadores da Birmânia. Encontra-se disponível na *internet* em mais de vinte línguas e já foi traduzido para mais de trinta.

As teorias de Sharp teriam começado a ser aplicadas contra Milosevic na Sérvia e Viktor Yanukovych na Ucrânia, na Revolução de Veludo na Checoslováquia, nas várias revoluções coloridas que provocaram a democratização dos satélites da URSS e de algumas repúblicas soviéticas, o que lhe valeu a acusação de pertencer à CIA. Note-se que Hugo Chavez usou um dos seus programas na televisão para avisar o país que Sharp era uma ameaça à segurança nacional da Venezuela, tal como os líderes iranianos transmitiram um filme pela televisão

estatal que mostrava uma conspiração promovida por Sharp, contra o Irão, a mando de Washington.

No livro *Waging Nonviolent Struggle: 20th Century Practice and 21st Century Potential*, Gene Sharp e alguns dos seus seguidores fazem uma investigação sobre o modo como foram aplicados e os efeitos da aplicação dos métodos não violentos em todo o mundo, nos últimos 50 anos. “Neste trabalho, Gene Sharp mostra como planear a luta não violenta e torná-la mais efectiva”.

6. Com base nos seus livros e teorias, foi fundado na Sérvia um Centro para a Aplicação da Não-violência (CANV). A este propósito, o Director de um filme a exhibir na próxima Primavera, com o título *Gene Sharp: Como iniciar uma Revolução*, afirma em artigo escrito para a BBC, em 21 de Fevereiro de 2011, que o Director do CANV em Belgrado (Srdja Popovic) lhe teria dito nessa cidade, em Novembro passado, que “o CANV tinha estado a trabalhar com os egípcios” os métodos de Gene Sharp e que “não importa quem seja – pretos, brancos, muçulmanos, cristãos, gays, normais ou minorias oprimidas – eles funcionam. Se forem estudados, qualquer um o pode fazer”.

Afirmou ainda que “ao chegar à Praça Tahrir, no dia 2 de Fevereiro último, soube que muitos dos egípcios que tinham sido treinados nos métodos de Sharp estavam presos, e ainda, que tinham sido distribuídas fotocópias em árabe sobre os métodos por ele preconizados”.

Há mesmo quem afirme, embora sem confirmação, que, durante a era Bush, os neoconservadores teriam concebido uma estratégia baseada nos métodos de Gene Sharp para aplicar nos países do Grande Médio Oriente, com a finalidade de os transformar em democracias, o que provocaria o seu melhor entendimento com os EUA. Não se sabe se a Administração apadrinou ou não a ideia.

Num artigo da Revista Pública de 11 de Fevereiro de 2011, do jornal *Público*, um activista político egípcio (Rami Raouf) da Iniciativa Egípcia para os Direitos Humanos (IEDH) declarou ao jornalista Paulo Moura que discorda totalmente da designação “revolução do Facebook” ou “revolução da internet” à revolta então em curso no Egipto; “a internet é apenas um instrumento, como a comunicação boca a boca, panfletos ou *grafitti*, disse; e acrescentou – quando o movimento começou, o uso de ferramentas *online* era ainda muito reduzido”. O movimento de contestação a Mubarak teria tido início em 2004, com um grupo

chamado Kefaila (que significa “basta”), quando se soube que o filho seria o seu sucessor.

Segundo Roof, o próprio IEDH teria ministrado na sua sede muitos cursos para jovens. “Eram cursos perfeitamente legais e abertos, sobre novas tecnologias e novos média”. “Sempre com lotações esgotadas”. Uma das disciplinas desses cursos era a de técnicas de captação e emissão de vídeos, “sendo o meio privilegiado para denunciar as injustiças e os abusos o vídeo feito pelo telemóvel, porque combina imagem com informação”.

Também Bassem Samir, director da Academia Egípcia Democrática e do *site* Cyber Act, foi o responsável pela “vaga de cursos deste tipo que invadiu o Cairo e outras cidades egípcias”, cuja imitação surgiu em vários países árabes, afirmou que fazia parte dos cursos ensinar “como fazer sair em segurança as imagens gravadas num local de conflito; como passar câmaras e telemóveis para outros activistas que se faziam passar por turistas; ou como levar numa *pen* imagens de monumentos ou paisagens que substituiriam o material importante na memória da câmara, caso o activista fosse preso e revistado pela polícia. No fim de uma das sessões lectivas, o instrutor mostrou imagens: primeiro, de um sandinista a atirar um *cocktail molotov* na Nicarágua; depois, de manifestantes em Teerão filmando corpos caídos. Voltou-se para os alunos e disse-lhes: “o vosso telemóvel é agora o vosso *cocktail molotov*”.

Há alguns anos, num *workshop* organizado no Cairo, foi distribuído um folheto de Sharp, intitulado *198 Métodos de Acção Não-Violenta*, onde é apresentada uma lista de tácticas, “que vão desde greves da fome, a despir-se como protesto, passando pela revelação das identidades de agentes secretos”.

7. Embora não se saiba se a Administração Bush ou a Administração Obama apadrinharam a suposta estratégia de transformar em democracias os países do Grande Médio Oriente, sabe-se, conforme o *New York Times* de 14 de Abril de 2011, “em relação às revoltas árabes, funcionários da administração norte-americana reconheceram que as campanhas de promoção da democracia dos EUA tiveram importante papel no fomento dos protestos (...) com os líderes-chave dos movimentos a serem treinados por americanos na sua preparação e desenvolvimento, organizando novas ferramentas mediáticas e monitorizando eleições”. “Vários grupos e indivíduos envolvidos nas revoltas em curso

na região, como o Movimento da Juventude 6 de Abril do Egipto, o Centro para os Direitos Humanos do Bahrein e gente do Iémen, receberam formação e financiamento do Instituto Internacional Republicano e do Instituto Internacional Democrático, ligados aos respectivos partidos dos EUA, além da Freedom House, ONG para os direitos humanos". "Os Institutos foram criados pelo Congresso e são financiados através do National Endowment for Democracy".

O mesmo artigo refere ainda que "jovens egípcios participaram num *meeting* sobre tecnologias para promover a democracia efectuado em Nova Iorque em 2008. Entre os patrocinadores do *meeting* encontravam-se as empresas Facebook, Google, MTV, Escola de Direito de Columbia e o Departamento de Estado".

Uma vez que tanto os activistas pela democracia como os ditadores eram apoiados financeiramente e treinados por organismos norte-americanos, numa actuação estratégica de "duas caras", os activistas como os líderes políticos locais queixavam-se aos dirigentes dos EUA da situação. Aliás, os chefes de Estado e de governo árabes aliados dos EUA determinavam acções contra os activistas, ordenando a respectiva detenção e, frequentemente, tortura.

Esta atitude verdadeiramente esquizofrénica prejudicava fortemente os objectivos que se procurava atingir, por exemplo no Iémen, onde os próprios militares norte-americanos colaboravam na luta contra a Al Qaeda para a Península da Arábia e no Bahrein cuja estabilidade é essencial para os norte-americanos, pois é neste país que se baseia a VI Esquadra dos EUA, etc.

Múltiplos telegramas revelados pelo *Wikileaks* denunciam estas situações.

Pode deduzir-se que as dificuldades dos EUA e do Ocidente face à Primavera Árabe foram causadas por esta dupla face de actuação, que se traduziu afinal num desenvolvimento sem controlo do movimento de revolta, como se os EUA tivessem libertado da lâmpada o "génio" que a controla, ficando sem capacidade para o dominar. Até porque, a estes elementos comuns a todos os países, deverão acrescentar-se especificidades próprias de cada um, nomeadamente o particular interesse estratégico que tem para os EUA¹.

De facto, nesta situação de influências contraditórias que visam objectivos opostos e não conciliáveis, torna-se extremamente difícil agir com pragmatismo

¹ "U.S. Groups Helped Nurture Arab Uprisings", por Ron Nixon. *New York Times online*, 14 de Abril de 2011.

e caso a caso, como tem feito Obama, em coerência com as suas declarações de Junho de 2009 no Cairo ao mundo islâmico, quando afirmava “ser uma verdade incontestada que o povo tem direito a certas coisas: a possibilidade de dizer o que pensa e ter uma voz na indicação de quem o governa; confiança na aplicação da lei e na administração da justiça; um governo transparente e que não engana o povo; a liberdade de escolher como vive. Estas não são apenas ideias americanas; são direitos humanos. Por isso é que as apoio em qualquer lugar”.

Entretanto, parece haver provas suficientes, segundo o *New York Times* de 12 deste mês, de que: “A administração Obama está a liderar um esforço global que visa desenvolver ‘uma internet sombra’ e sistemas de comunicações de voz móveis (*smartphones*) que poderão ser usados por dissidentes para minar os governos repressivos que os procuram fazer calar pela censura ou para silenciamento das redes de comunicações”.

Estão previstos projectos como: “criação de redes independentes de telemóveis no interior de países estrangeiros”, como se fosse possível a um espião, dentro de um qualquer apartamento, montar uma rede *internet* com um dispositivo que transporta numa mala de mão; e “criação de redes *wireless stealth* que permitirão a alguns activistas comunicar para distâncias fora do alcance de actuação dos governos em países como o Irão, Síria e Líbia”.

Sabe-se que a Secretária de Estado Hillary Clinton é a mais entusiasta destas linhas de investigação, que visam “a criação de plataformas de comunicações inteiramente separadas (das que normalmente são utilizadas)”². Registe-se que, no passado dia 13, a Secretária de Estado alertou os líderes africanos na sede da União Africana em Adis Abeba, para a possibilidade de se verem confrontados com o mesmo tipo de revoltas que afectam o mundo árabe, a não ser que procedam a reformas sociais, económicas e políticas alargadas.

8. Os jovens da Era da Informação que dinamizam as revoltas árabes, assim como os que, embora com meios de comunicação bem inferiores, dinamizaram a contestação contra os sérvios e as diversas revoluções coloridas que se seguiram ao fim da Guerra Fria, como exploração do sucesso obtido, encontram-se *online*

² “U.S. Underwrites Internet Detour Around Censors”. *New York Times online* de 12 de Junho de 2011, por James Glanz e John Markoff.

ou estão ligados por telemóvel. E as televisões por satélite, mesmo aquelas que não possuem agências nos países afectados, colocam nos seus ecrãs e difundem para todo o mundo as imagens que retiram destas redes e os textos que vão buscar aos blogues, levando notícias arrebatadoras a todo o Sul de Mediterrâneo, mesmo para a Arábia Saudita, para a região do Golfo e Península Arábica, prolongando-se para o Sul e Sudeste asiático, e chegam à China, fazendo com que os ditadores fiquem nervosos e os fundamentalistas acalentem a esperança de alcançar o poder. A Al Jazeera tem sido a grande dinamizadora da informação em todo o mundo árabe, tomando posições por vezes polémicas, tendo sido acusada de favorecer alguns protagonistas em relação a outros e, por vezes, ser sensível às orientações do emir do Qatar, de facto o seu proprietário.

Não é relevante o facto dos governos, quando confrontados com contestação generalizada cujos fomentadores estão conectados pelos modernos meios de comunicação, encerrarem o funcionamento das redes dos telefones fixas e móveis, bloquearem os servidores da *internet* e congelarem as redes sociais. É o que tem acontecido em todas as revoluções árabes, a começar pela da Tunísia. À medida que os tumultos cresciam de dimensão, bloqueando as praças e as avenidas já míticas dos principais centros urbanos, e perante situações de descabro a que não estão preparados para responder, os governos tentam neutralizar as plataformas por onde circula a informação, que os activistas e jovens conhecedores das técnicas de comunicação ultrapassam com facilidade. Na China, desapareceram dos motores de busca da internet palavras como “jasmim”, “revolta”, etc., como manobra de contenção das diversas “manifestações jasmim”, nome retirado da designação da revolta tunisina, que os activistas chineses têm convocado aos sábados para os centros comerciais das principais cidades.

O próprio conflito israelo-palestiniano mudou recentemente de natureza, nas perturbações provocadas em vários locais da fronteira israelita por muitas centenas de refugiados palestinianos, comemorando a data da independência de Israel, data que os árabes recordam como a Akba (catástrofe). Em vez do uso de acções violentas, os palestinianos resolveram aplicar os métodos não violentos empregues nas revoltas árabes. Os militares israelitas, perante este novo “inimigo”, tiveram dificuldade em responder, limitando-se a repetir as acções habituais – tácticas militares que provocaram mais de uma dezena de mortos.

Conforme já atrás dissemos, não dominando as técnicas de resposta com base na informação, os governos vêm-se forçados a lançar meios repressivos contra os manifestantes que utilizam meios não violentos; por efeito de escalada, a violência vai provocando níveis mais elevados de contestação, a que respondem meios mais poderosos de repressão. Sem lobrigarem outra saída, os principais líderes políticos postos em xeque ou abandonam as suas funções, como fizeram alguns – método Mubarak – ou desencadeiam operações militares contra a população, reforçando ou instalando uma autoridade autocrática – método de Kadafi.

Acrescente-se que a utilização de métodos não violentos tem vindo a ser ensaiada nas próprias democracias europeias, através de gigantescas manifestações nas praças mais emblemáticas das cidades, visando pressionar os dirigentes políticos a enveredar por outros rumos e a dar maior importância às situações de desemprego de precariedade que afectam especialmente os jovens, resultantes da crise económica e financeira. Em Espanha, a utilização destes métodos já foi experimentada nas praças simbólicas das principais cidades, onde a polícia se viu obrigada a efectuar operações de limpeza de ajuntamentos não aprovados legalmente, por vezes com dureza, como aconteceu em Madrid, Barcelona, Valladolid e Salamanca. Portugal assistiu a acontecimentos destes no Rossio, com incidentes de menor dimensão. Até na principal praça de Istambul está a ser tentada a metodologia da acção não violenta.

Mergulhados no fluir dos novos acontecimentos e das rápidas e sucessivas transformações e aperfeiçoamentos tecnológicos, não é seguro que a nossa observação da realidade em mudança, da qual fazemos parte, seja clara e muito menos definitiva. Ela não deixará de constituir uma mera aproximação, entre muitas outras, a uma futura abordagem, suficientemente distanciada no tempo, para que sejam bem visíveis os traços essenciais da forma como se faz a guerra nesta nossa época e no próximo futuro.

Uma guerra que estamos a ver, mas também a viver, alguns de nós a fazer, nos seus variados desenvolvimentos, nomeadamente naquilo que presentemente nos surge como factor determinante – o papel da informação. Guerra da Informação tanto no sentido de combater no ciberespaço com a finalidade de suprimir, neutralizar, distorcer, ou usar a nosso favor o espaço virtual indispensável ao adversário, e assegurar a nossa utilização do ciberespaço, como a guerra das

percepções, procurando que os alvos humanos que nos interessam percepcionem aquilo que mais nos convém.

9. Uma guerra aparentemente simples, colocando as pessoas bem no centro dos acontecimentos – são elas, o seu raciocínio e os seus sentimentos e emoções, que constituem os verdadeiros objectivos a alcançar. Aquilo que elas percepcionam, mais do que a realidade existente, transformou-se no verdadeiro factor de desequilíbrio das relações de forças. São as pessoas, concentradas nos grandes aglomerados urbanos, organizados ou caóticos, que constituem o terreno dos combates e os principais recursos neles utilizados.

É uma guerra demasiado complexa que exige abordagens abrangentes, do tipo civil-militar, onde é tão decisivo o soldado, com a finalidade de garantir a segurança das pessoas e das interações políticas, económicas e sociais, como quem protagoniza estas interações – o sociólogo, o antropólogo, o intérprete, o professor, o diplomata, o médico, etc.

Uma guerra tão real em sofrimento, como virtual na paralisação das redes sobre as quais funcionam as novas sociedades organizadas e todas as infra-estruturas críticas que a suportam.

Mas uma guerra incaracterística, onde convivem áreas geográficas onde ela se desenvolve furiosamente, com vastas regiões pacificadas ou aparentemente pacificadas que se podem catalogar como vivendo uma situação de paz.

Uma guerra que frequentemente decorre à margem das Nações Unidas e se faz sentir em locais distantes, por vezes nos antípodas, confrontando as pessoas com a necessidade de limitarem certos direitos na sua vida do dia a dia, em troca da segurança que lhes dá o almejado bem-estar.

Uma guerra que não é guerra, mas também não é paz, pois os ataques ciberespaciais (ainda?) não são agressões armadas e estas são as únicas acções susceptíveis de serem consideradas pela ONU como tipificadoras de um crime de agressão a um Estado. Uma guerra que pode não ser contra Estados, mas sim contra entidades políticas difusas, dificilmente materializáveis, portanto não localizáveis no seu todo, mas apenas por indivíduos ou grupos dispersos, que o direito internacional ainda não incorporou. Uma guerra que, em vez de ser com alguém, é em algum lado.

Uma guerra com muitos e diversificados afeganistões: o Afeganistão prodigamente dito, assim como afeganistão da Somália, do Iémen, e os afeganistões

de Ciudad Juárez, e da região do Cáucaso. Todos eles lugares de extrema carência, cujos problemas maiores são de natureza social, portanto nas melhores condições de serem usados como santuários por criminosos e terroristas de toda a ordem.

Também o afeganistão das favelas do Rio de Janeiro como o complexo do alemão, onde ocorreram importantes operações policiais e militares. E os *banlieues* de Paris, os guetos de Londres, as cidades indianas e paquistanesas. Uma guerra aparentemente sem paz.

Guerras em que o poder tem outras origens que não as classicamente admitidas. Com campos de batalha reais no meio das pessoas, fazendo delas protagonistas e objectivos operacionais; pessoas cujas percepções se procura influenciar a nosso favor. Conforme Joseph Nye afirma num número recente da revista *Foreign Affairs*: “Num mundo com base na informação, a difusão mediática do poder pode representar um perigo maior do que a projecção do poder (real e efectivo). A sabedoria convencional diz que prevalece o Estado com maior exército, mas na Era da Informação, o Estado (ou actor não estatal) que melhor partido tirar dos meios de difusão da informação pode, por vezes, ganhar”. Ou seja, digo eu, pode ganhar quem contar a melhor “história” no sentido jornalístico do termo.

A habilidade para persuadir as pessoas no sentido de optarem por perceber a realidade que convém a um actor pode mesmo levá-lo a desenvolver *software* para manipular opiniões. Há notícias referindo que o exército norte-americano está a desenvolver programas informáticos com a capacidade de lançar na rede as opiniões que lhe interessam, oriundas de falsos utilizadores *online*. O porta-voz do Comando Central dos EUA (CENTCOM) reconheceu a existência de uma tecnologia “usada apenas para combater o extremismo violento”, que irá permitir que “apenas um funcionário possa controlar dez identidades diferentes, cada uma com um passado convincente, uma história com pormenores e com «presença» em blogues, *chats*, Twitter e um pouco por toda a internet, e sem medo de ser descoberto pelos adversários mais sofisticados”.

10. Concluindo. Na era electrónico-nuclear, depois da Segunda Guerra Mundial até aos anos noventa do século xx, vivia-se uma situação caracterizada por “paz impossível – guerra improvável”, nas palavras de Raymond Aron – dois

colossos militares, os EUA e a União Soviética, impondo ao planeta uma ordem internacional bipolar, mantinham-se preparados para combater, mas não o faziam, dada a certeza que tinham de que ela significaria a sua destruição mútua.

Na Era da Informação, uma ordem internacional multipolar torna-se imponente para evitar uma guerra cujos efeitos são sempre potencialmente globais e cujos autores dispensam poderosos exércitos, tornando-a na verdadeira pandemia que a todos pode afectar. Não sendo possível estabelecer uma situação de ausência do uso da violência física organizada, no nosso mundo vive-se sem paz, numa nova situação que poderá ser caracterizada também de “paz impossível”, como Raymond Aron observara durante a era electrónico-nuclear, mas agora, em vez da “guerra improvável” em que se vivia no mundo bipolar, vive-se uma situação de “guerra permanente”, nos vários níveis da violência.

A guerra deixou de estar ligada a um acto de natureza formal para ser considerada como tal – o que prevalece é a substância e não a forma; os factos impõem-se por si. Se a coacção for utilizada para atingir objectivos políticos, encontrar-nos-emos em presença de um conflito armado e a paz está ausente. Se, em vez da coacção, se lançar mão de acções não violentas com a finalidade de atingir objectivos políticos, há grande probabilidade de o conflito armado também surgir.

À ONU, através do Conselho de Segurança em ligação com o Tribunal Internacional de Justiça, pertencerá reconhecer ou não a sua legalidade do ponto de vista do direito internacional, o que, actualmente, só acontecerá se envolver o emprego de armas de combate. Mas urge dar passos neste campo para englobar na mesma configuração jurídica um conflito onde os instrumentos de coacção caracterizadores sejam de outro tipo, por exemplo, ataques cibernéticos. Nestas circunstâncias, o termo “armado” passaria a integrar outros significados além do que se refere ao emprego de armas letais.

Não alterando esta situação de indefinição, a decisão norte-americana enunciada pelo Pentágono e conhecida em 31 de Maio último por notícia do *The Wall Street Journal*, pode ser um importante contributo para lhe pôr fim. Trata-se da “adopção de uma nova estratégia que classificará os ciberataques mais poderosos como actos de guerra, o que subentende que podem ser respondidos com o emprego de forças militares tradicionais, considerando que se aplicam ao

ciberespaço as Leis do conflito armado”. Facto que deve ser associado à declaração de dois professores chineses da Academia de Ciências Militares do Exército de Libertação Popular, para os quais (segundo notícia de 3 de Junho último da agência Stratford) “a ciberguerra deve ser a prioridade militar (...) e tornou-se no supremo patamar da condução dos conflitos, substituindo nesta posição o patamar nuclear”. E, acrescento eu, com muito menos custos – quer da produção das armas que utilizam, quer das destruições humanas e materiais que originam.

Por outro lado, convém observar que a pirataria marítima, ameaça renascida que abala o comércio mundial, obriga os grandes navios transportadores a modificarem as rotas, trocando-as por outras mais seguras, normalmente mais caras por serem muito mais longas, ainda não foi respondida com eficácia. Apesar da resolução da ONU que legitima a luta contra este flagelo o faça ao abrigo do artigo 7.º da Carta, o que permite levar a cabo acções de *law enforcement* e não apenas acções de *peacekeeping*, as poderosas esquadras enviadas contra ele não o conseguem neutralizar. Quer porque a sua erradicação apenas será obtida com poderosas acções terrestres que destruam e neutralizem as bases em que se apoia, quer porque muitos países não incorporaram no seu direito penal o crime de pirataria no alto mar, como é o caso de Portugal.

O próprio terrorismo, que dificilmente pode ser considerado como uma agressão susceptível de ser respondida com uma guerra, se mantido em sucessivas acções com objectivos políticos determinados, transforma-se numa guerra em termos factuais.

Esta “guerra permanente” em que nos encontramos envolvidos, espalhando-se como nódoa de azeite, é normalmente de baixa ou média intensidade, desenvolvendo-se em conflitos assimétricos, onde a pequena guerra (guerrilha), a guerra irregular e o terrorismo predominam. Tendem a desaparecer as guerras “contra alguém” (contra uma entidade concreta e bem definida) e proliferam as guerras “em algum lugar”, onde as ameaças surgem de forma difusa e complexa e a precisarem de respostas abrangentes (em que o vector militar é apenas um dos componentes).